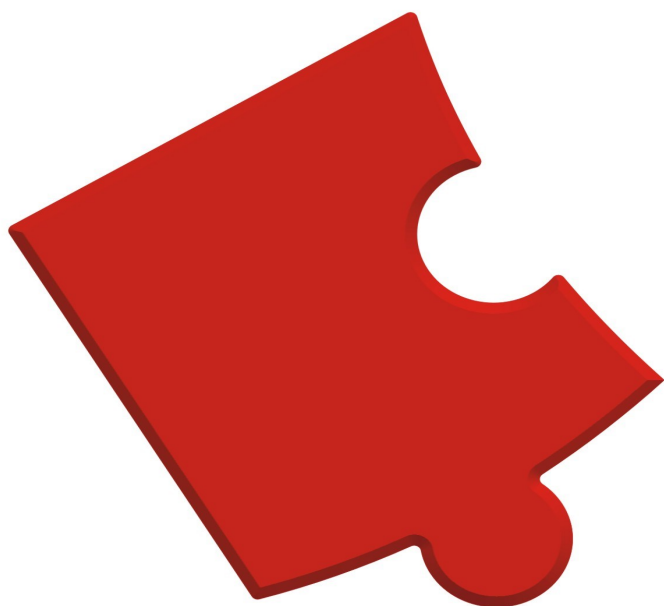


contra a corrupção sê cidadão!



Caderno de
Apoio ao
Professor

Ana de Campos Leitão
António Maia
Edite Coelho



CONSELHO DE
**PREVENÇÃO DA
CORRUPÇÃO**

Caro Professor

Como sabemos, os processos educativos são fatores-chave para o desenvolvimento e aprofundamento da cidadania de qualquer sociedade, sendo através deles que se sedimenta a agregação e coesão social.

Consciente da importância destes processos e numa aposta de futuro, o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), em cooperação com o Ministério da Educação, tem desenvolvido estratégias que contribuam para melhorar a prevenção da corrupção na sociedade. O concurso “Imagens contra a Corrupção” tem sido reconhecido como um bom exemplo, neste âmbito.

Facilitar a reflexão e estimular a abordagem do tema, pela escola e pela comunidade educativa, é o objetivo do conjunto de manuais “contra a corrupção sê cidadão” que o CPC agora publica *online*: um Glossário e 3 manuais, atendendo aos diferentes níveis de ensino, e ainda este caderno de apoio ao professor

Sendo o professor elemento central para o êxito deste projeto, este caderno de apoio convida-o à reflexão sobre possíveis abordagens do tema com os seus alunos, na certeza de que os bons resultados que forem alcançados serão no sentido de reforçar, na sociedade, os valores da cidadania, da ética e da justiça.

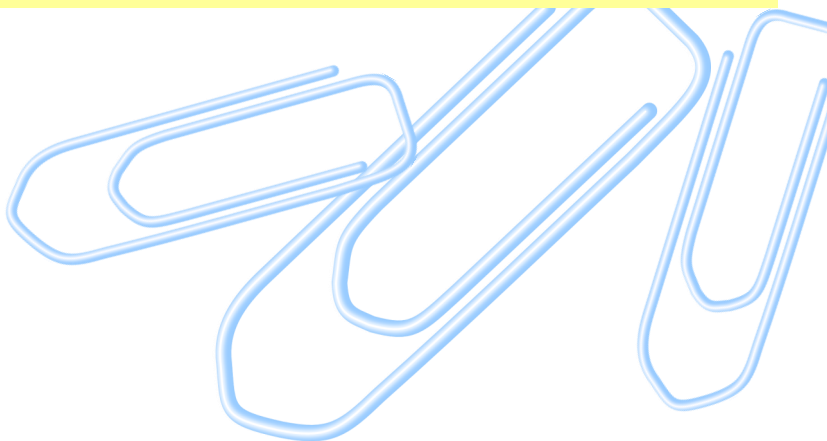
Muito gratos pela sua colaboração!

O Conselho de Prevenção da Corrupção

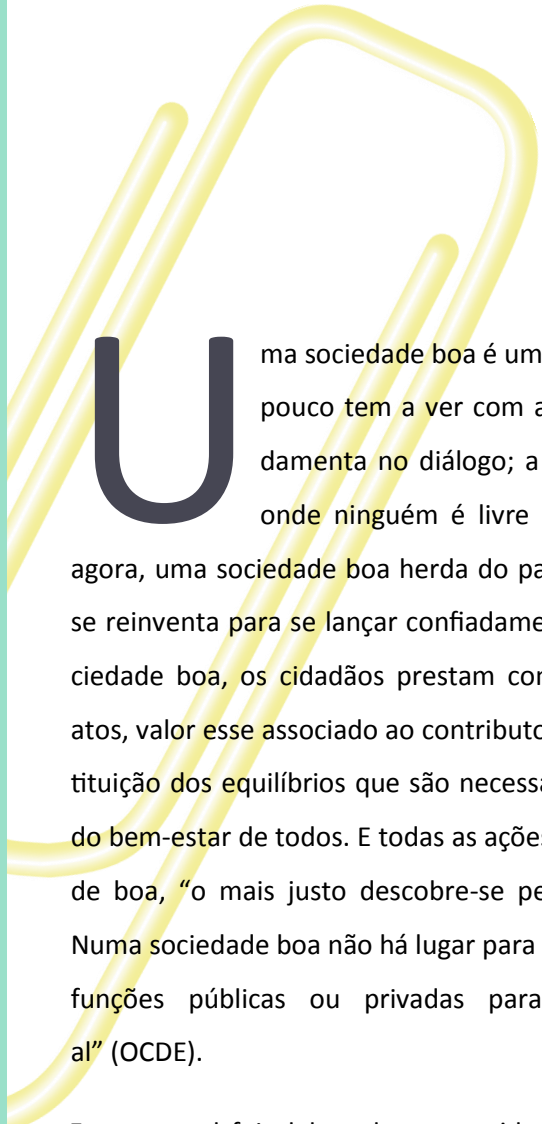


Enquadramento	4
II. Objetivos	5/6
III. Conceitos-chave	7
IV. O Valor dos Costumes	8
V. Glossário	9
VI. Atividades	10
VII. Avaliação qualitativa	11

INDÍCE



I. ENQUADRAMENTO



Uma sociedade boa é uma sociedade ética – a que pouco tem a ver com algoritmos; a que se fundamenta no diálogo; a que procura equilíbrios; onde ninguém é livre de não escolher; aqui e agora, uma sociedade boa herda do passado as raízes com que se reinventa para se lançar confiadamente no futuro. Numa sociedade boa, os cidadãos prestam contas pelo valor dos seus atos, valor esse associado ao contributo que é dado para a constituição dos equilíbrios que são necessários para a manutenção do bem-estar de todos. E todas as ações contam. Numa sociedade boa, “o mais justo descobre-se pelo diálogo” (Habermas). Numa sociedade boa não há lugar para a corrupção, “o abuso de funções públicas ou privadas para seu benefício pessoal” (OCDE).

Este manual foi elaborado no sentido propositivo, de forma a que o leitor se permita atribuir-lhe o seu significado pessoal.

A via de apresentação positiva, adotada intencionalmente, visa procurar na complexidade dos factos e acontecimentos, o lado indiciador dos níveis de bem-estar pessoal e social.

II. OBJETIVOS

Não se trata de pretender um sistema em que todos seriam exatamente iguais (porque desapareceria o incentivo ao esforço pessoal), mas procurar a existência de oportunidades para que todos possam construir – confiantemente e em segurança – o melhor de si mesmos.

Para isso, temos que tentar coincidir numa série de ideais e de princípios sem o que dificilmente conseguiremos viver e caminhar juntos para construir (novos) rumos a partir das nossas diferenças. Nessa construção (ética), é indispensável o diálogo; um diálogo com autenticidade e correção; um diálogo que integra e valoriza positivamente todas as diferenças.

Nesta construção dialógica, e para além de um acordo capaz de se estender ao todo social, cada sujeito também forma uma ideia da sua própria vida a partir da avaliação que faz dos seus próprios interesses (e por isso se espera que atue – com vontade e esforço – para delinear o seu próprio caminho, dando luz ao seu propósito de vida).

Por respeito para connosco mesmos e para com os outros, é de esperar que esse caminho não esteja associado ao “poder dominar” ou ao “poder do ter”, mas sim ao autolimitarmo-nos nos desejos e nas ações face aos recursos disponíveis e às normas de conduta reconhecidas. Em larga medida, é a partir de referências positivas (pessoas, ideias, pensamentos, atitudes, ações) que poderemos com segurança integrar a gestão dos riscos e dos meios quando escolhemos os modos de agir.

O que se procura então é ajudar os alunos a comportar-se em função de critérios próprios, gerados por si mesmos, por consensos ou por adesão a escolhas fora do seu âmbito pessoal. Além disso, procura-se também equilibrar possíveis desarmonias ou lacunas da própria conduta. Contribui-se assim para o processo de socialização e para a conquista de objetivos pessoais por parte do aluno, melhorando a sua conduta e favorecendo a aquisição de níveis positivos de autoestima e de autoconceito.

Especificamente, pretende-se que os alunos:

- Interiorizem os conceitos implicados na prevenção da corrupção;
- Desenvolvam competências de comunicação;
- Utilizem a arte para simbolicamente representar situações da realidade;
- Usem a capacidade de reflexão;
- Pratiquem processos de tomada de decisão;
- Exercitem a gestão das emoções;
- Participem em situações que conduzam à experienciação de valores.

Com as atividades e a motivação para o desenvolvimento das mesmas, espera-se também que os alunos possam, a par das modificações positivas relativamente aos seus próprios comportamentos, obter referências com que influenciem elementos dos grupos a que pertencem, nomeadamente a família e os amigos.

III. CONCEITOS CHAVE

São conceitos agregadores dos que constam no Glossário e identificam as atitudes, comportamentos e situações intimamente relacionados com a problemática da corrupção e com a educação em valores que permite preveni-la:

- Adoção de atitudes reversíveis, por oposição à anomia;
- Fundação de uma ética dialógica;
- Honestidade e respeito nas relações intra e interpessoais;
- Esforço e diligência para fazer melhor as coisas;
- Cordialidade nas relações, contribuindo para que os outros se sintam bem consigo mesmos;
- Relações de cuidado, para fazer aos outros o que desejamos que nos façam a nós.



IV. O VALOR DOS COSTUMES

É conhecido que desde sempre se tem procurado garantir que as leis que regem uma sociedade respeitem os usos e os costumes que ao longo da História vão contribuindo para caracterizar culturalmente essa mesma sociedade.

Assim, todos os conhecimentos mantidos por uma sociedade ao longo da sua história são um valor acrescentado já que são uma fonte de motivação para o fortalecimento das redes de pertença que sustentam a identidade cultural dessa sociedade. E são, também por isso, uma referência positiva enquanto modelos de comportamento e matrizes inspiradoras que atuam ao nível dos afetos.

A ética, se vivida ao nível pessoal, necessita dessas redes de pertença e de afetos porque aí sobressaem os exemplos daqueles que se escolhe como companhia e referência na jornada que nos compete realizar como cidadãos.



V. GLOSSÁRIO

Criado para ser um instrumento de consulta, representa também uma oportunidade para incentivar – nos professores e nos alunos – a investigação pessoal complementar a partir do conjunto de informação e de conhecimentos que se encontram dispersos pelas diversas áreas que cruzam o tema da corrupção.

Sempre que possível, identificam-se na caracterização de cada conceito a(s) atitudes(s) e o(s) comportamento(s) associado(s) e para que na respetiva abordagem possa ser evidenciada a necessidade de uma reflexão—tanto sobre a intencionalidade (mental) quanto sobre a ação (prática) que se lhe segue.

VI. ATIVIDADES

Tanto o ensino como a aprendizagem são atos de comunicação (até mesmo no silêncio). Nesta linha, o conjunto de atividades proposto visa contribuir para o desenvolvimento de mecanismos de comunicação – visual, linguística, musical, quinestésica ou emocional – que permitam aos alunos adotar comportamentos preventivos de situações disruptivas (como o é a corrupção).

Ao ter que tomar decisões no decorrer das atividades, os alunos promovem o incremento da autonomia, a capacidade de planejar e de organizar as tarefas no tempo, o sentido de responsabilidade e o fortalecimento da autoestima.

Colocando questões securizantes e deixando que os alunos “vejam” a formação do seu próprio pensamento na aplicação das atividades, o professor ajuda a promover a comunicação, a reflexão e o compromisso. Sabendo que, no final, tudo depende da adesão pessoal aos valores e que, para tanto, é preciso ganhar referenciais de confiança e de segurança nas relações intra e interpessoais.

Na aplicação das atividades, deve ser dada importância aos “momentos de espera”. É nesses instantes de tempo que o conhecimento é integrado pelos alunos, porque é nesses momentos que eles procuram os sentidos próprios de valorização e de aceitação do novo conhecimento. Além disso, é com esses momentos que os alunos desenvolvem a paciência que é necessária quando se lida com a complexidade que caracteriza uma dada situação.

Com as atividades, pode ajudar-se os alunos a encontrar referências positivas para decidirem sobre as suas próprias condutas. Contribui-se também para recuperar o valor cultural do símbolo – com a palavra, a imagem, o gesto – enquanto detetor da realidade e que simultaneamente nos capacita para focar a observação e a reflexão que antecedem e acompanham a ação.

Para enquadrar e securizar os alunos, o professor salientará que a capacidade de comunicação é uma das dimensões da pessoa moral; e que o diálogo está mais relacionado com procedimentos do que com conteúdos, dependendo por isso mais da motivação e da vontade do que da capacidade cognitiva e dos conhecimentos adquiridos.

A capacidade de compreensão crítica é outra das dimensões centrais do desenvolvimento moral. Por isso, as atividades sugerem oportunidades para que os alunos analisem o seu próprio comportamento, bem como as respetivas causas e efeitos. Para tal, é necessário que as valorizações e os juízos que se estabelecem não fiquem ao nível de meros raciocínios abstratos: é necessário que o aluno contextualize o juízo moral, pensando sobre situações complexas e reais a partir das atividades, pois que o objetivo é construir progressivamente um conhecimento moral pessoal e social, valorizando-o e comprometendo-se com a sua melhoria.

Sugere-se que na aplicação das atividades, sempre que possível, os alunos trabalhem com papel. Por esta razão, os documentos digitais foram concebidos de forma a poderem ser impressos.

VII. AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Avaliar é ajudar a fazer melhor.

Essencialmente, a avaliação procura obter a autorreflexão por parte de todos os envolvidos neste processo. Visa também percecionar as mudanças – pessoais e de grupo – direta ou indiretamente induzidas pela sinergia dos processos educativos decorrentes da aplicação das atividades.

Atender-se-á sobretudo à modificação, e ao respetivo sentido, dos processos comunicacionais, de reflexão e de decisão, bem como à consecução da análise crítica e à vivência dos conceitos-chave e valores envolvidos.

A avaliação analisará ainda o caminho feito pelos alunos relativamente à assunção do compromisso cívico para com a participação, a reversibilidade, a hospitalidade e a equidade.

A avaliação visa também contribuir com uma base de recursos que facilite a informação e os materiais de suporte que incentivem a cooperação com outras instituições.

Predominantemente qualitativa, a avaliação tem como referência primeira a de que a educação tem que ter o rosto do caráter que tenta induzir nos educandos; para que seja útil, e porque ajuda na formação de cidadãos bons.

FICHA TÉCNICA

Conceção e produção:

CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Coordenação Pedagógica: Ana de Campos Leitão

Autores: Ana de Campos Leitão | António Maia | Edite Coelho

Conceção gráfica: Edite Coelho

Colaboração: Carlos Melo Santos | Pedro Gil | Silvina Pena

O Conselho de Prevenção da Corrupção agradece ainda os contributos de:

Ana Margarida Sequeira | Ana Paula Covas | Maria Emília Brederode Santos

Imagens: Pixabay

Apoio:



Conselho de Prevenção da Corrupção

Av. da República, 65

1050-189 Lisboa

www.cpc.tcontas.pt

<https://www.facebook.com/ConselhodePrevencaodaCorrupcao>

<https://www.facebook.com/cpc.concurso.icc>

